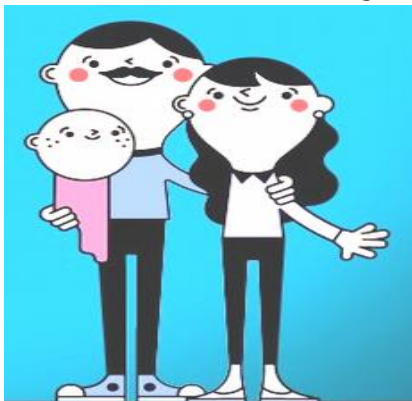


Ano XX nº 6091 – 10 de julho de 2019

Licença-maternidade compartilhada



O Ministério Público do Trabalho encaminhou à Procuradoria-Geral da República (PGR) um projeto que cria a chamada licença parental.

A ideia é que mães e pais possam compartilhar a parte final do período de licença maternidade.

A proposta consiste em autorizar que após 120 dias de licença-maternidade o pai possa assumir, caso queira, o cuidado da criança pelos 60 dias seguintes para que a mãe retorne ao trabalho.

Para a secretária-geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, Neiva Ribeiro, a proposta é um avanço do ponto de vista de trazer o debate para a licença parental, mas não em relação aos 180 dias que as bancárias já têm direito e todas as demais mulheres também deveriam ter. Para ela, a mudança poderia valer para demais categorias. Neiva ressalta, ainda, que o ideal seria que essa licença extra ocorresse após os 180 dias, como defende o Sindicato e a CUT, já que os primeiros meses são fundamentais para a formação do bebê.

“É extremamente importante termos o cuidado e as relações sendo compartilhados entre pais e mães, em especial nestes primeiros meses de vida do bebê. O Sindicato sempre discutiu relações compartilhadas, inclusive defendemos a manutenção dos 180 dias para as mulheres e, após o período, uma nova licença para o pai, para que contribua na readaptação da trabalhadora no retorno à rotina de trabalho”, explicou. “É uma proposta ousada que já tem exemplos em outros países e que traria benefícios não só para a família, mas para toda a sociedade. A longo prazo, todos têm a ganhar com esse cuidado compartilhado, sem deixar toda a responsabilidade para a mulher”, completa.

Neiva lembra que a categoria já conquistou licença-paternidade ampliada de 20 dias, tendo como requisito frequentar o curso de Paternidade Responsável.

“Não é só passar mais tempo com o bebê, dividindo as tarefas, mas também saber como lidar com a chegada do novo membro da família, debater novas formas de educação e demais tópicos do dia a dia”, disse.

Seminário sobre metas abusivas e adoecimento no trabalho

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) realiza, hoje, 10/07, em São Paulo, o Seminário sobre metas abusivas e adoecimento no trabalho, para debater estratégias de combate às políticas de avaliação de desempenho e descomissionamentos praticadas pelos bancos.

De acordo com Mauro Salles, secretário de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT, é fator de grande preocupação para o movimento sindical bancário o alto índice de adoecimento, especialmente por problemas psíquicos.

“O principal fator disso é a pressão por resultados, metas abusivas e a forma da cobrança, especialmente através do assédio moral impulsionado pelas formas de gestão dos bancos. O Seminário busca aprofundar o debate para nos preparar para a mesa de saúde junto à Fenaban, uma vez que os bancos aceitaram debater o problema”, afirmou.

A programação do seminário contará com palestrantes renomados para falar sobre os assuntos: metas abusivas e riscos psicossociais e os impactos à saúde dos bancários; metas abusivas, seus limites legais e a estratégia jurídica de enfrentamento; programa de resultados AGIR/TRILHAS (Itaú) como prática de assédio moral coletivo e métodos de gestão dos bancos.

Também participam do debate, membros do Comando Nacional dos Bancários, do Coletivo Nacional de Saúde e assessorias técnicas dos sindicatos e federações.

